

**AS FACES DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO SUL GAÚCHO:
PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA FAMILIAR E MONOCULTURAS
EMPRESARIAIS**

**LOS ASPECTOS DEL DESARROLLO RURAL EN EL SUR GAÚCHO:
PRODUCCIÓN AGROECOLÓGICA FAMILIAR Y MONOCULTURAS DEL
NEGOCIO**

**THE FACES OF RURAL DEVELOPMENT IN SOUTH GAÚCHO:
FAMILY AGROECOLOGY PRODUCTION AND BUSINESS
MONOCULTURES**

Flamarion Dutra Alves¹
dutrasm@yahoo.com.br

Resumo: A discussão entre a viabilidade e rentabilidade da produção da pequena propriedade familiar e das grandes propriedades empresariais é importante para destacar o sentido do desenvolvimento rural. Nos municípios de Candiota e Hulha Negra, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, existe um contraste de modos de desenvolvimento no campo, de um lado os assentamentos rurais produzindo de forma agroecológica e de outro as grandes propriedades com florestas para celulose e pecuária extensiva e empresarial. Nesse sentido, o artigo visa debater sobre estes modelos de produção no espaço rural, seus limites e potencialidades, e tecer algumas considerações para o futuro dessa região, analisando os aspectos econômicos, socioculturais e ambientais de uma forma integrada, refletindo sobre a organização do espaço agrário.

Palavras-chave: Agroecologia, Agronegócio, Assentamento Rural, Desenvolvimento Rural, Organização do espaço.

Resumen: El debate entre la viabilidad y rentabilidad de la producción de la pequeña propiedad familiar y las principales propiedades de negocios es importante destacar el sentido del desarrollo rural. En los municipios de Candiota y Hulha Negra el estado de Rio Grande do Sul, Brasil, hay un contraste de los modos de desarrollo en el campo, por un lado la producción de los asentamientos rurales agroecológicas y otras grandes propiedades con florestas de la celulosa y la pecuaria extensiva y negocios. En eso sentido, el artículo pretende debatir este tipo de productos en las zonas rurales, y limita su potencial y hacer algunas observaciones para el futuro de esta región, analizando los aspectos económicos, sociales y ambientales de manera integrada, en lo que refleja en la organización del espacio agrario.

Palabras clave: Agroecología, Agronegocios, Asentamientos Rurales, Desarrollo Rural, Organización del Espacio.

Abstract: The discussion between the viability and profitability of small family and large business properties is important to highlight the sense of rural development. In Candiota and Hulha Negra municipalities, in Rio Grande do Sul State, Brazil, there are different models of development in the field, on the one hand, the rural settlements are producing in agro-ecological way and on the other hand, large properties with forests to

¹ Doutorando em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Rio Claro. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

cellulose productions and extensive and business livestock. In that sense, this paper aims to discuss these models of production in rural areas, their potential and limits. It makes some observations for the future of this region, analyzing economic, socio-cultural and environmental aspects in an integrated manner, reflecting on the organization of agrarian space.

Key-words: Agroecology, Agro-business, Rural Settlements, Rural Development, Organization of Space.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, vamos mostrar os diferentes tipos de produção agrícola nos municípios de Candiota e Hulha Negra, Rio Grande do Sul, contrastando a produção familiar agroecológica com as grandes propriedades monocultoras da pecuária extensiva e empresarial e do florestamento de pinus, acácia e eucaliptos destinados à produção de celulose.

Os municípios pertencem a uma região tradicionalmente denominada de Campanha Gaúcha², com forte presença de grandes propriedades rurais oriundas das doações de sesmarias durante o século XVI, com áreas de até 13.068 ha. Desde este período, se manteve pouco inalterada a estrutura fundiária dessa região, concentrando renda, poder e terras (COSTA, 1988).

No final da década de 1980, o processo de reforma agrária começa a se instaurar na Campanha Gaúcha, de forma lenta e sem o planejamento desejado, fazendo com que outros atores sociais se tornem presentes na organização agrária regional, acrescentando outras formas e meios de produzir no campo, além de modificar (muito pouco) a estrutura fundiária regional.

A produção agroecológica surge nos municípios de Candiota e Hulha Negra, no ano de 1992, por meio dos assentados organizados pela Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A base da produção agroecológica é constituída pelas sementes

² É uma região de fronteira com Uruguai e Argentina, predominado as grandes propriedades rurais, com a vegetação rasteira denominada de pampa ou pradarias, com a atividade pastoril como base econômica.

olerícolas, devido às boas condições climáticas da região para essa cultura agrícola e da pecuária leiteira familiar.

Paralelo à produção familiar dos assentamentos está à pecuária extensiva e empresarial das grandes propriedades, característica típica da região, baseada na pouca mão-de-obra empregada e em técnicas tradicionais de produção, com um crescimento da pecuária empresarial.

No fim da década de 1990 e início do século XXI, os projetos de florestamento³ na região da Campanha Gaúcha começam a surgir, por meio de empresas como Votorantin, Aracruz e Stora Enso, devido a algumas condições favoráveis, como a falta de investimentos econômicos pela necessidade de geração de emprego na região. Por isso estes empreendimentos são apoiados por lideranças governamentais e políticas para que se instalem na região, além disso, as condições do clima são favoráveis para a silvicultura de eucalipto⁴.

Desse modo, discutiremos algumas vantagens e desvantagens da produção agroecológica, baseadas em Altieri (1989), Ehlers (1999) e Almeida (1998) contrapondo com a produção empresarial das grandes propriedades rurais nos municípios de Candiota e Hulha Negra, fazendo algumas reflexões sobre a organização do espaço agrário dessa região.

A REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA E OS MUNICÍPIOS DE CANDIOTA E HULHA NEGRA: RESGATE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Localizada na região de fronteira entre o Uruguai e a Argentina, a Campanha Gaúcha apresenta características distintas do restante do Estado do Rio Grande do Sul, no que diz respeito à estrutura fundiária, produção agropecuária, colonização e urbanização. Os municípios de Candiota e Hulha Negra (Figura 1) se localizam na

³ A designação correta para o processo de cultivo de florestas de eucaliptos e pinus na região da Campanha Gaúcha é de florestamento, e não reflorestamento, pois nessa região a vegetação típica é de campos, vegetação rasteira e gramínea, e por isso não existia floresta anteriormente.

⁴ O eucalipto é originário da Austrália e está situado na mesma latitude do Rio Grande do Sul, e tem condições climáticas semelhantes com a região da Campanha Gaúcha.

Campanha Meridional, com o relevo constituído por campos, baixas altitudes variando de 50 a 220 metros (IBGE, 2007) e vegetação rasteira e de pequeno porte característica do pampa gaúcho que compreende o sul do Rio Grande do Sul, Uruguai e leste argentino.

Conforme Heidrich (2000) a Campanha Gaúcha se caracteriza pela atividade pastoril, geralmente extensiva, concentração fundiária e baixa densidade demográfica. O que revela a baixa dinâmica socioeconômica e territorial, envolvendo poucos atores sociais na organização do espaço agrário. Porém, com a implementação dos assentamentos rurais houve alguma alteração nas questões produtivas, econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais dessa região.

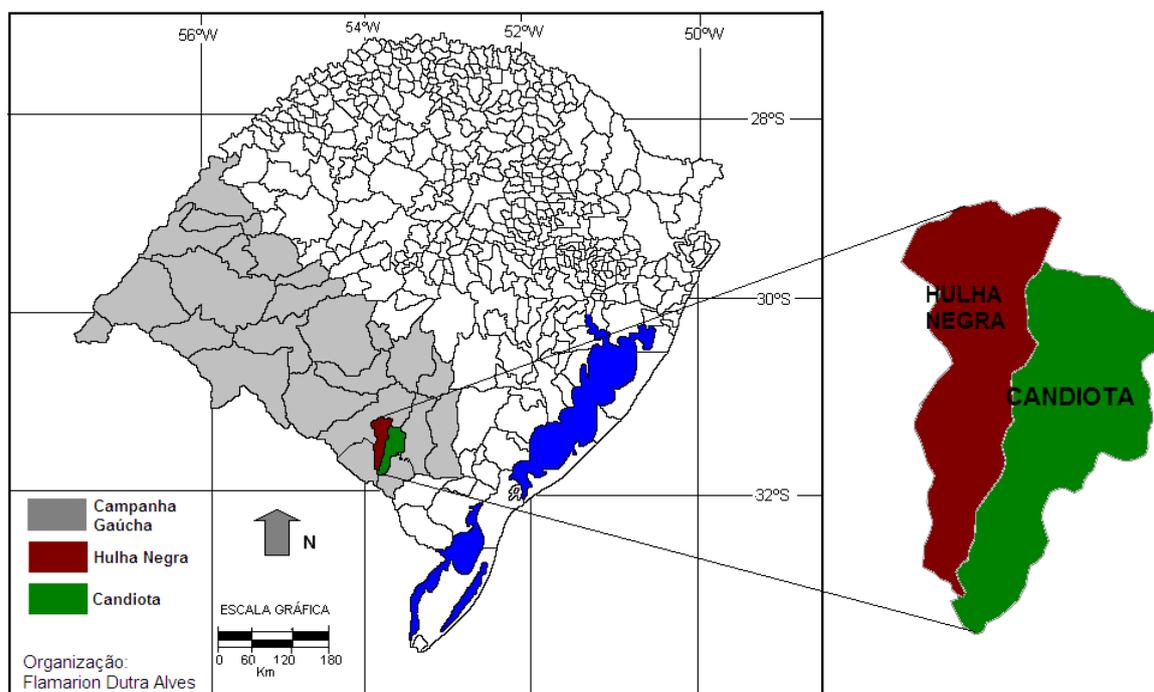


Figura 1 – Localização da região da Campanha Gaúcha e dos municípios de Candiota e Hulha Negra.

A constituição da dinâmica socioeconômica do Rio Grande do Sul começa a partir do primeiro quarto do século XVIII, com a distribuição de sesmarias nas áreas de fronteiras com Argentina e Uruguai. Os maiores beneficiados eram os tropeiros e os militares reformados que recebiam terras como gratificação por serviços prestados. As sesmarias eram terras devolutas, medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares, porém, haviam sesmarias que chegavam a medir 13.068 hectares (PESAVENTO, 1997).

Alguns autores como, Brum (1987); Costa (1988) e Pesavento (1997) vêm na doação de sesmarias e na expansão da pecuária, os marcos na formação da estrutura fundiária gaúcha, como a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, levando em conta a extensão de terras e escassez de elementos povoadores. Este cenário de ocupação do território foi à gênese da desigualdade fundiária no sul gaúcho, na qual predomina até hoje (Tabela 1).

Tabela 1- Tamanho médio dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul e na Campanha Gaúcha no período de 1940-1996 (em hectares).

Ano	Rio Grande do Sul	Campanha Gaúcha
1940	88,60	191,01
1950	76,97	203,63
1960	56,97	142,88
1970	46,47	113,88
1975	50,18	116,59
1980	50,62	122,06
1985	47,91	114,44
1995-96	50,70	118,61

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE -1940 a 1995-1996.

Conforme a tabela 1, constata-se mais que o dobro do tamanho médio das propriedades da Campanha Gaúcha em relação à média estadual. Essa situação é desfavorável para um desenvolvimento equitativo, pois beneficia uma minoria de proprietários e empresários rurais que detêm o poder das terras e das atividades no espaço agrário.

Sobre a ocupação nas áreas de fronteira do Rio Grande do Sul, Caio Prado Júnior diz que:

No início do século XIX, estabelecem-se as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê das guerras se concentra a população constituída a princípio quase exclusivamente de militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões (3 léguas, equivalentes a 108 km², para cada concessionário), formam-se propriedades mostruosas (PRADO JÚNIOR, 1985: 96-97).

Desse modo, os municípios que compõem a Campanha Gaúcha preservam esta estrutura fundiária do século XVIII que foi pouco alterada, e os municípios de Candiota e Hulha Negra possuem a divisão fundiária característica dessa região (Quadro 1 e 2).

Quadro 1 - Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção categorias familiares por tipo de renda e patronal, município de Candiota, Rio Grande do Sul.

Categorias	Estabelecimentos		Área Total	
	Número	%	Hectares	%
Total Familiar	145	40,4	7.333	11,4
maiores rendas	29	8,1	2.418	3,8
renda média	52	14,5	2.370	3,7
renda baixa	16	4,5	758	1,2
quase sem renda	48	13,4	1.785	2,8
Patronal	79	22,0	53.545	83,4
Entidades Públicas	135	37,6	3.333	5,2
TOTAL	359	100,0	64.213	100,0

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1995-1996.

Apesar dos assentamentos rurais terem uma parcela significativa na estrutura fundiária, no que diz respeito ao número de estabelecimentos, o segmento patronal e empresarial no campo corresponde a mais de 80% da área municipal, caracterizando a concentração de terras no município.

Quadro 2 - Número de estabelecimentos, área e categorias familiares por tipo de renda e patronal, município de Hulha Negra, Rio Grande do Sul.

Categorias	Estabelecimentos		Área Total	
	Número	%	Hectares	%
Total Familiar	525	73,5	20.126	32,4
maiores rendas	69	9,7	5.638	9,1
renda média	214	30,0	7.256	11,7
renda baixa	85	11,9	2.490	4,0
quase sem renda	157	22,0	4.740	7,6
Patronal	80	11,2	39.102	63,0
Entidades Públicas	109	15,3	2.875	4,6
TOTAL	714	100,0	62.104	100,0

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1995-1996.

A estrutura fundiária em Hulha Negra, também se caracteriza pela concentração de terras, apesar dos vinte e cinco assentamentos rurais existentes no município. A participação da categoria empresarial chega a mais de 60% da ocupação territorial municipal predominando as atividades agropecuárias monocultoras, como florestamento e pecuária extensiva e empresarial.

Os municípios de Candiota e Hulha Negra apresentam uma peculiaridade em relação aos outros municípios da Campanha Gaúcha, pois existem 49 assentamentos rurais nesses municípios (Tabela 2), e isso demonstra uma dinâmica socioeconômica e territorial distinta dos demais, influenciada pela agricultura camponesa diversificada realizada nos assentamentos rurais voltados para a subsistência e comercialização.

Tabela 2 – População total, números de assentamentos rurais, área ocupada e famílias assentadas nos municípios de Candiota e Hulha Negra, RS, 2006.

Município	População total	Nº de assentamentos rurais	Famílias assentadas	Área dos Municípios (ha)	Área dos assentamentos rurais (ha)	Área dos assentamentos rurais (%)
Candiota	8.236	24	693	108.193	17.558	16,3
Hulha Negra	6.030	25	1.016	82.300	21.997	26,7
TOTAL	14.266	49	1.709	190.493	39.555	20,76

Fonte: IBGE, INCRA, Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo do Rio Grande do Sul.

Com uma participação intensa na dinâmica socioeconômica e territorial dos municípios de Candiota e Hulha Negra, os assentamentos rurais correspondem 16,3% e 26,7%, respectivamente, da área desses municípios, caracterizando uma nova relação no espaço agrário, na qual sempre esteve atrelada a pecuária extensiva e monocultora, passando a desenvolver outra relação, a da agricultura camponesa.

A criação dos assentamentos rurais no final da década de 1980, mais precisamente em 1988 em Hulha Negra, iniciou o processo de transformação no espaço agrário dos municípios da Campanha Gaúcha (Tabela 3), inserindo novos atores no cenário socioeconômico agregando valores à organização da sociedade, seja de ordem econômica, cultural ou social.

Tabela 3- Quantidade e área territorializada pelos assentamentos rurais na Campanha Gaúcha, 2006.

	Municípios	Número de assentamentos rurais	Área ocupada (ha)
1	Aceguá	3	3.930
2	Bagé	1	4.022
3	Candiota	24	17.558
4	Canguçu	16	12.051
5	Dom Pedrito	3	1707
6	Encruzilhada do Sul	6	6.142
7	Herval	10	13.254
8	Hulha Negra	25	21.997
9	Manoel Viana	1	6.118
10	Pedras Altas	5	7.158
11	Pinheiro Machado	7	6.028
12	Piratini	15	15.256
13	Rosário do Sul	1	979
14	Santana do Livramento	23	20.712
15	São Borja	4	1.640
16	São Gabriel	1	1.493
17	Uruguaiana	1	77
	TOTAL	146	140.122

Fonte: Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo do Rio Grande do Sul.

A participação dos assentamentos rurais em 17 municípios da Campanha Gaúcha trouxe novas configurações para o território rural, com a adoção da agricultura camponesa e das culturas agroecológicas, que buscam um equilíbrio ambiental, sociocultural e econômico. Lentamente a reforma agrária foi se instalando na Campanha Gaúcha, surgindo como uma alternativa para desenvolver o espaço agrário, mas o desenvolvimento pelo viés econômico das grandes propriedades prevalece no quadro atual, confirmado por meio da estrutura fundiária e das culturas agropecuárias presentes.

Dessa forma, foram realizadas visitas aos municípios de Candiota e Hulha Negra, nos meses de maio e junho de 2006, a fim de visualizar e entender a realidade sócioespacial dos assentamentos rurais. Para tal, realizaram-se entrevistas com assentados, técnicos dos órgãos de assistência técnica e extensão rural, prefeitura municipal e diretor da cooperativa dos assentamentos rurais.

AGRICULTURA AGROECOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE

O contraponto entre desenvolvimento e crescimento econômico é tema entre diversos autores que trabalham com a questão agrária, destacamos Altieri (1989), Ehlers (1999) e Almeida (1998) para defender a produção agroecológica e sustentável na agricultura.

Na visão de Altieri (1989) a agroecologia tem surgido como um enfoque novo ao desenvolvimento agrícola, mais sensível às complexidades dos agricultores locais, objetivando ampliar a sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos e equidade junto com o objetivo de uma maior produção.

Com esta mesma idéia sobre desenvolvimento agroecológico, Altieri e Yurjevic (1991) ressaltam que:

como enfoque de desarrollo agrícola, la agroecología no puede enfrentar los factores estructurales y económicos que condicionan la pobreza rural. Esto va a requerir de un enfoque de desarrollo mucho más amplio que ponga gran énfasis en la organización social del campesinado. A este respecto, los problemas tecnológicos deben asumir su rol en estrategias de desarrollo que incorporen las dimensiones sociales y económicas (ALTIERI e YURJEVIC, 1991: 42).

Nesse sentido, Altieri (1989) diz que não basta apenas produzir de forma agroecológica, mas que deve haver uma articulação entre outros setores da sociedade como infra-estrutura, políticas públicas e condições essenciais para eliminar a pobreza no campo. A agroecologia é apenas um elemento dessa organização agrária para que haja o desenvolvimento rural sustentável.

Sobre esse assunto, Ehlers (1999) propõe um novo modelo de desenvolvimento na agricultura, o baseado na sustentabilidade. Para o autor, existem algumas condições essenciais para que o agricultor e a produção agrícola sejam considerados sustentáveis, segundo Ehlers (1999: 126) “transição para a agricultura sustentável é o incentivo à substituição de sistemas simplificados por sistemas diversificados e que integrem a produção animal e vegetal.” Nesse caso, o padrão sustentável que melhor se adapta é o da agricultura familiar, devendo ser valorizado pelas políticas públicas e expandir a diversidade que há na agricultura familiar.

Conforme Ehlers (1999: 135) “Nos países pobres ainda predominam políticas públicas que favorecem a agricultura patronal e impedem o fortalecimento da agricultura familiar”, ou seja, a valorização do desenvolvimento pelo viés econômico predomina nestes países, deixando em segundo plano, o desenvolvimento social e ambiental.

A idéia de agricultura sustentável para Almeida (1998) é aquela que envolve todas esferas da organização agrária, o autor analisa o desenvolvimento rural de forma integrada e sistêmica “a possibilidade de nascimento de um novo modo de desenvolvimento ou de organização social desenvolvimentista, modernizadora e nacionalista que tenha uma base social, econômica, cultural e ambiental mais sustentável” (1998: 38).

O autor defende a premissa que ao existir um desenvolvimento rural sustentável não haja necessariamente um atraso econômico, social ou cultural, assim afirma que:

O conceito de desenvolvimento sustentável abriga uma série heteróclita de concepções e visões de mundo, sendo que a maioria daqueles que se envolvem no debate em torno da questão são unânimes em concordar, em uníssono, que o mesmo representa um grande avanço no campo das concepções de desenvolvimento e nas abordagens tradicionais relativas à preservação dos recursos naturais (ALMEIDA, 1998: 43).

Portanto, estes autores defendem a idéia da sustentabilidade através da produção agroecológica e do equilíbrio entre as diversas esferas que compõem a organização social. Nesse caso, o desenvolvimento rural não está atrelado ao crescimento econômico, e sim ao conjunto entre os diferentes elementos da sociedade.

DESENVOLVIMENTO RURAL NA CAMPANHA GAÚCHA PELO VIÉS DO AGRONEGÓCIO

O processo de desenvolvimento rural nos municípios de Candiota e Hulha Negra apresenta diferentes vetores quanto à sua organização e construção. As atividades agropecuárias das médias e grandes propriedades se baseiam na pecuária extensiva e empresarial e na silvicultura, enquanto que as pequenas propriedades e minifúndios se

caracterizam pela agricultura de subsistência e produção agroecológica para comercialização.

Agronegócio da pecuária: A pecuária de corte (bovinos e ovinos) é a atividade que mais se destaca na região da Campanha, devido ao processo histórico de ocupação de fronteira e também, por causa dos campos com vegetação rasteira, sendo uma atividade de fácil adaptação às condições geográficas.

Conforme Fontoura (2005) a origem da pecuária no Rio Grande do Sul se deu em meados do século XVII:

A gênese desta atividade ocorre com a preia do gado chimarrão, ou o gado criado à solta. Gado este que foi introduzido ainda no tempo das capitanias hereditárias, e que, provavelmente, os jesuítas por volta de 1634 introduziram nos pagos gaúchos. Com alimentação abundante, estes rebanhos se desenvolveram por toda margem esquerda do rio Uruguai. (FONTOURA, 2005:3).

Até final da década de 1980 e início da década de 1990, o sistema tradicional da pecuária de corte (extensiva), na qual se constituía em manter o gado solto no campo com alimentação natural sem adoção de rações, foi dando espaço à pecuária intensiva empresarial, baseada em melhoramento genético, uso de rações, capital estrangeiro e exportação da produção.

Mas o sistema tradicional da pecuária ainda existe na Campanha Gaúcha, sendo uma das poucas regiões no mundo que conseguem criar gados nestas condições, conforme ressalta Fontoura (2005):

O Rio Grande do Sul, junto com o Uruguai, Argentina e parte da Austrália, formam um restrito grupo de produtores de carne com animais criados a campo, ou seja, sem a ingestão de produtos tóxicos, portanto dentro das exigências da Comunidade Européia. O significado e a importância deste fato deve-se à possibilidade de aumento da produção e a imediata ampliação de toda a cadeia produtiva da carne, o que, acreditamos, geraria um surto de desenvolvimento da Campanha gaúcha, pela diversidade de áreas com que se relaciona a pecuária empresarial e o aumento da divisão do trabalho, o que teria como consequência imediata o aumento do número de postos de trabalho. (FONTOURA, 2005:8).

Dessa forma, Fontoura (2005) considera a pecuária empresarial como um agente de desenvolvimento rural, pois atrai investimentos, postos de trabalhos e geração de

renda. Como consequência, o desenvolvimento sistêmico da região, afetando toda cadeia produtiva da carne, desde o início do processo até o produto final.

Porém, a estrutura fundiária se mantém concentrada, as atividades econômicas ficam dependentes dos grandes investimentos impossibilitando uma autonomia dos agricultores camponeses da região.

Agronegócio da celulose: A silvicultura é uma cadeia produtiva que ganhou espaço na região da Campanha Gaúcha, a partir da década de 1990, desenvolvida por médias e grandes propriedades rurais. Vários programas e projetos governamentais tiveram papel decisivo na implantação dessas políticas de desenvolvimento rural, que vieram com um discurso de geração de emprego e renda, e desenvolvimento da Campanha, que era, e é considerada uma região estagnada economicamente no Rio Grande do Sul em relação às demais regiões econômicas do Estado.

A partir de 2002, o Governo Federal criou o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROPFLORA), com fundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando à implantação e manutenção de florestas destinadas ao uso industrial, servindo de matéria-prima para a produção industrial da celulose. Em 2006, o Rio Grande do Sul foi o estado mais beneficiado com recursos deste programa recebendo R\$ 19,3 milhões (BRASIL, 2007).

Como premissas do PROPFLORA estão às questões sociais, econômicas e ambientais para as áreas contempladas com este programa, mas como objetivo geral está a produção voltada para a indústria:

1. OBJETIVOS

1.1. Gerais:

1.1.1. Implantação e manutenção de florestas destinadas ao uso industrial;

1.1.2. Recomposição e manutenção de áreas de preservação e reserva florestal legal;

1.1.3. Implantação e manutenção de espécies florestais para produção de madeira destinada à queima no processo de secagem de produtos agrícolas; e

1.1.4. Implantação de projetos silvipastoris (pecuária consorciada com floresta) e agroflorestais (agricultura consorciada com floresta).

1.2. Econômicos:

1.2.1. Contribuir para a redução do déficit existente no plantio de árvores utilizadas como matérias-primas pelas indústrias, principalmente a indústria moveleira;

1.2.2. Incrementar a diversificação das atividades produtivas no meio rural;

1.2.3. Gerar emprego e renda de forma descentralizada; e

1.2.4. Alavancar o desenvolvimento tecnológico e comercial do setor, assim como a arrecadação tributária.

1.3. Sociais:

Fixar o homem no meio rural e reduzir a sua migração para as cidades, por meio da viabilização econômica de pequenas e médias propriedades.

1.4. Ambientais:

Contribuir para a preservação das florestas nativas e ecossistemas remanescentes. (PROPFLORA, 2007:1-2).

Com este programa governamental, as monoculturas destinadas às indústrias se desenvolvem gerando renda e crescimento econômico, mas essa atividade se concentra com grandes empresários rurais e empresas agroindustriais. Conforme o estudo da cadeia produtiva da madeira “Estima-se que o Brasil possua acima de cinco milhões de hectares com plantios das espécies de pinus e eucaliptos (...) Outra característica é a elevada área média das propriedades que se especializam nessa atividade” (BRASIL, 2007: 32).

Nos municípios de Candiota e Hulha Negra existem propriedades rurais que desenvolvem a prática do florestamento de pinus, eucalipto e acácia (Foto 1).



Foto 1 – Floresta de eucalipto no município de Candiota, Rio Grande do Sul.
Fonte: Alves (2006).

A floresta de eucalipto nessa região é considerada uma monocultura, destinada à produção de celulose para as indústrias, como Votorantin, Stora Enso e Aracruz, empregando pouca mão-de-obra e extinguindo o bioma pampa. Segundo estudo feito pelo Departamento de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a respeito do Mapeamento da Cobertura Vegetal do bioma Pampa no ano de 2007, apenas 41% da cobertura vegetal do pampa é nativa, e o restante é coberto por agricultura, pastagens plantadas para pecuária e silvicultura.

Os danos ambientais das plantações de eucaliptos no bioma Pampa são avaliados por Jackson (2005):

No Pampa argentino, fronteiro ao Pampa gaúcho, pesquisas recentes, indicaram que as extensas plantações de eucalipto desta região resultaram: na redução de 52% do fluxo da água dos rios, na seca de 13% dos rios, córregos e arroios e no aumento da acidez dos solos (JACKSON et al, 2005 *apud* PICOLI e SCHNADELBACH, 2007: 17).

Dessa forma, as monoculturas florestais que são praticadas nos municípios de Candiota e Hulha Negra ameaçam o equilíbrio ambiental da região, pois afetam o regime das drenagens e a dinâmica das bacias hidrográficas alterando o fluxo hídrico, afetando aquelas propriedades familiares que necessitam da irrigação para a prática da agricultura.

Sobre as questões econômicas do florestamento, De’Nadai et al (2005) ressalta a baixa mão-de-obra empregada na atividade silvícola:

Analisando-se os dados de empregos gerados pela Aracruz Celulose, em 2004, percebe-se que nos 375 mil hectares que esta empresa detém no Brasil, foram gerados apenas 2.031 empregos diretos, entre fábricas e plantações. Ou seja, a real capacidade de geração de empregos da Aracruz Celulose, em 2004, não ultrapassou a 1 emprego direto a cada 185 hectares de terras (DE’NADAI et al, 2005 *apud* PICOLI e SCHNADELBACH, 2007: 19).

Conforme o estudo feito pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) a respeito da cadeia produtiva florestal no Rio Grande do Sul, no ano de 2008, constatou-se que os investimentos realizados na Campanha Gaúcha, não retornarão totalmente, pois o setor industrial, que transforma a matéria-prima, localiza-se na região norte do Rio Grande do Sul:

Uma vez que grande parte do parque industrial gaúcho se localiza na Metade Norte do Estado, supõe-se que para lá serão propagadas importantes parcelas dos efeitos estimados e que estes, portanto, não permanecerão integralmente na região dos investimentos. Com base nas informações de emprego da RAIS (2005), do Ministério do Trabalho e Emprego, pode-se estimar que uma parcela de 55,9% dos impactos poderão vir a permanecer na região em estudo.

Impactos dessa ordem provavelmente provocarão uma tendência à melhora dos indicadores econômicos, sociais e de infra-estrutura da região. (...) Finalmente, com respeito à infra-estrutura, supõe-se que os investimentos das empresas destinados à construção de estradas e à instalação da indústria de celulose poderão atenuar o quadro relativamente desfavorável observado até recentemente. Contudo a evolução da infra-estrutura fica dependente também de outros investimentos nessa área. (GRANDO e FOCHEZATTO, 2008:86).

Nesse estudo, que aborda principalmente a questão econômica, põe-se em xeque o desenvolvimento econômico para a população que reside nessa região, haja vista, a localização das indústrias transformadoras da celulose. Assim, a geração de emprego se refere apenas ao processo de plantio até a derrubada das florestas, ficando para outras regiões o processo que emprega mais mão-de-obra, que é a transformação da matéria-prima.

Portanto, o desenvolvimento rural baseado no modelo monocultor da celulose traz dúvidas quanto às questões ambientais, econômicas, sociais e culturais. Apesar de gerar crescimento econômico com a produção de celulose, os postos de trabalhos oferecidos por hectare são desproporcionais em relação à agricultura camponesa.

DESENVOLVIMENTO RURAL NA CAMPANHA GAÚCHA PELO VIÉS AGROECOLÓGICO

A partir do final da década de 1980, surgem os primeiros assentamentos rurais na região da Campanha Gaúcha confrontando com a grande propriedade rural. Desse modo, foi necessário desenvolver outros tipos de culturas agrícolas nos assentamentos rurais para sua subsistência e futuras comercializações.

O desenvolvimento rural dos assentados em Candiota e Hulha Negra se baseia no equilíbrio de diversas atividades, sejam elas sociais, econômicas ou ambientais

preservando os aspectos culturais e o meio ambiente, dando ênfase não apenas ao crescimento econômico de uma sociedade ou grupo social. A dependência pelo capital provoca o aumento das desigualdades socioeconômicas, problemas ambientais, concentração de terra e renda, o desenvolvimento dos assentamentos dá ênfase nas questões sociais, nas relações com o meio ambiente e no desenvolvimento cooperado.

As dificuldades iniciais dos assentados em relação a uma infra-estrutura social básica eram precárias, somadas a uma carência de recursos financeiros e de assistência técnica. Nesses assentamentos rurais, num primeiro momento era viável a produção para subsistência, em seguida, após as condições de infra-estrutura serem concretizadas pelos órgãos públicos, pode-se comercializar a produção agrícola e conseguir obtenção de renda através da cooperação entre as famílias assentadas.

A organização dos assentados na busca de meios para comercializar resultou na criação de uma Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados LTDA (COOPERAL), em 1992, que distribui e comercializa a produção dos assentamentos rurais, na qual se fundamenta na pecuária leiteira familiar e na produção de sementes olerícolas agroecológicas.

Com a COOPERAL possuindo sede em Candiota, a cooperativa se articulou com empresas de sementes de hortaliças e leguminosas e indústrias de laticínios para que os agricultores assentados produzissem para elas, desde que fosse uma atividade a mais na propriedade, e não uma monocultura ou que formasse um produtor especializado em sementes ou leite.

No decorrer dos anos, houve uma seleção de agricultores familiares pelas empresas de sementes, onde os que melhor se desenvolveram prosseguiram com elas e os agricultores que não obtiveram sucesso foram sendo excluídos pelas empresas.

A COOPERAL nesse processo fez um contrato com uma empresa de sementes, porém não foi satisfatório, pois a produção era convencional/tradicional com a utilização de insumos químicos no processo produtivo, além da pequena margem de lucro entre agricultores e cooperativa (Foto 2).



Foto 2 - Unidade de Produção de uma empresa convencional de sementes em Candiota.
Fonte: Alves (2006).

Dessa forma, em um encontro regional de assentados no final de 1996, discutiu-se uma alternativa para romper com a forma tradicional de produção das sementes, uma forma que não utilizasse insumos químicos e que não tornasse o agricultor familiar dependente de produtos químicos e do mercado.

Nesse momento, em torno de 35 produtores de Candiota e Hulha Negra trabalhavam de uma forma agroecológica e independente, sem a cooperação entre os assentados.

No ano de 1997, surge a Bionatur sementes agroecológicas, fundada pelos agricultores assentados, começando um novo trabalho com 12 famílias de Candiota e Hulha Negra.

Num primeiro momento, a forma de produção foi de caráter experimental, onde não se teve uma questão de mercado bem constituída, porém, os resultados foram satisfatórios, segundo o diretor da Bionatur, Artêmio Parcianello:

No decorrer da primeira etapa, viu-se que deu certa a produção e na segunda etapa mais ainda e pensou-se em uma visão mercadológica, ou seja, a busca por mercados. Pois, no inicial não estava bem interligado essa proposta de produção e comercialização teve limitações, havia uma unidade beneficiamento precária, mas existia. (depoimento, 2006)⁵

Em 2006 a procura por produtor é muito maior do que a capacidade que a Bionatur tem de congregar, são mais de 120 produtores incorporados nos municípios de Candiota e Hulha Negra, que produzem mais de 50 variedades de sementes (ALVES, 2006).

Segundo o diretor da Bionatur, a procura pela produção agroecológica se deve a:

- uma viabilidade econômica razoável, resultado satisfatório;
- Não utiliza produtos químicos, apenas biofertilizantes, não há risco de se contaminar;
- No início ele não tem, às vezes, um lucro considerável, porém não se corre o risco, pois, não polui seu lote, além do mercado estar em ascensão para os produtos agroecológicos.

Para resolver a questão de mercado foi criada uma rede de sementes agroecológicas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais, contando com mais de 250 famílias para superar a limitação da diversidade, e hoje são produzidas mais de 70 variedades de sementes (Foto 3). Dessa forma, se criou um referencial a nível nacional da semente agroecológica, abrindo um leque comercial, inclusive para outras organizações.

⁵ Entrevista realizada pelo autor na sede da Bionatur em Candiota - RS, maio de 2006.



Foto 3 - Produção de sementes agroecológicas pelos assentados de Candiota e Hulha Negra – RS.
Fonte: Alves (2006).

Para a inserção nesse sistema agroecológico, os assentados devem construir um processo de transição entre o convencional e o agroecológico, o diretor da Bionatur ainda ressalta essa transição:

A agroecologia tem um limitante, pois não é tão simples produzir agroecológico, precisa-se construir um processo de transição, pois a maioria trabalha num processo convencional. Além de ter cursos de capacitação para a construção do conhecimento, a partir do entendimento das pessoas, a transição, às vezes, é demorada, para limpar o solo e ter um solo, um ambiente equilibrado, ou seja, tem que transformar toda propriedade em agroecológica e essas questões são limitantes para alguns produtores. Não se pode produzir numa mesma propriedade sementes agroecológicas e convencionais, pois se pode pensar em ter uma horta tradicional e outra orgânica numa propriedade, mas isso não é agroecológico, o agroecológico é o todo, ou seja, todo sistema produtivo, o sistema humano, todo ambiente, relações sociais. (depoimento, 2006)⁶

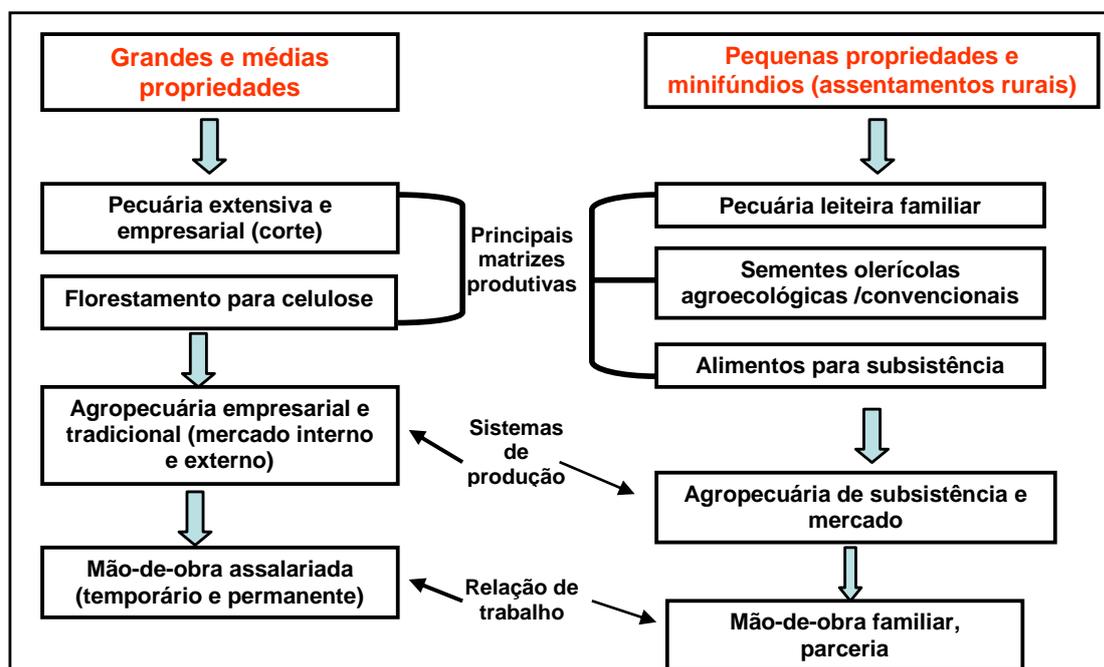
Desse modo, existem em Candiota e Hulha Negra duas linhas de produção de sementes, os que optam pela forma tradicional, onde há mais empresas trabalhando nessa linha e os que optam pela forma agroecológica vinculada à cooperativa e dentro dos ideais do MST.

⁶ Entrevista realizada pelo autor na sede da Bionatur em Candiota - RS, maio de 2006.

Nesse sentido, a viabilidade econômica e social da agricultura familiar aponta alternativas para o espaço agrário, pois lotes de assentamento rural que variam de 20 a 30 hectares na região conseguem manter uma família com a produção de alimentos, além de conferir renda através da comercialização (ALVES, 2006; ALVES e SILVEIRA, 2007).

CONCLUSÕES

Na tentativa de explicar as diferentes faces do desenvolvimento rural no sul gaúcho, este artigo abordou, de um lado, a expansão da monocultura de florestas de eucaliptos junto com a pecuária de corte empresarial desenvolvida pelas grandes propriedades rurais e de outro, a produção familiar dos assentamentos rural na qual, funda-se na subsistência, agricultura agroecológica e pecuária leiteira familiar (Oranograma 1).



Organograma 1 – Caracterização da organização socioeconômica agrária nos municípios de Candiota e Hulha Negra, Rio Grande do Sul.

Esses diferentes sistemas de desenvolvimento atribuem características próprias e relações de produção e reprodução socioeconômica distintas. As políticas públicas estão voltadas para o crescimento econômico, aos investimentos que dêem resultados em

curto prazo, aos superávits da balança do agronegócio. Em contrapartida, os impactos do agronegócio são sentidos no meio ambiente, com a diminuição das variedades vegetais, havendo uma padronização nos campos no que toca as culturas agrícolas.

A Campanha Gaúcha neste início de século XXI, apresenta múltiplas territorialidade, com diferentes atores, agentes e ideais no espaço agrário. De acordo com Fontoura (2005) a Campanha Gaúcha vai apresentar um novo perfil:

Isto significa uma reestruturação da economia agrícola na região da Campanha gaúcha que vem substituindo a antiga forma tradicional da atividade pecuária extensiva que apresenta sinais de declínio econômico demonstrado pelos indicadores que exemplificam a “metade sul”, bem como pelo número de assentamentos da Reforma Agrária. Estas novas formas de atividade econômica e de uma nova estrutura social, formada a partir de novas relações sociais e formas de inserção na sociedade globalizada, devem ser a base de um novo perfil da região da Campanha nas próximas décadas. (FONTOURA, 2005:10).

Os dois modelos de desenvolvimento rural vistos aqui, de forma sucinta, servem de parâmetros para futuras políticas públicas de desenvolvimento sustentável, ou seja, a forma que mais se adapta a região, sem trazer desequilíbrios nas diversas esferas da organização do espaço, bem como promover a sustentabilidade da sociedade regional, que sofre há séculos com a concentração fundiária.

A estrutura fundiária é um dos principais vetores das desigualdades socioeconômicas, e para que se mude o padrão produtivo, de tradicional para agroecológico, é necessário redistribuir a terra, pois a agricultura camponesa é a que melhor se adapta as condições exigidas para tal atividade.

Portanto, ficam considerações sobre os diferentes modelos de desenvolvimento no espaço agrário, cabendo a sociedade e aos órgãos públicos promover o sistema que de um retorno sustentável a população.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. p.33-55. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (orgs.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. 2.ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998. 323p.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa*. Trad. Patrícia Vaz. PTA/FASE. Rio de Janeiro. 1989. 240p.
- ALTIERI, Miguel e YURJEVIC, Andrés. La Agroecologia y el Desarrollo Rural Sostenible em America Latina. In: *Agroecologia y Desarrollo* (1): 25-44, Chile, mar 1991.
- ALVES, Flamarion D. *Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS*. Dissertação de Mestrado (Extensão Rural). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2006. 137p.
- ALVES, Flamarion D. e SILVEIRA, Vicente C. P. Agroecologia em assentamentos rurais na Campanha Gaúcha: alternativas para o desenvolvimento territorial. p.212-229. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS. v.3. *Anais...* Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2007.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadeia produtiva de madeira. Coordenadores. Antonio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha. – Brasília : IICA : MAPA/SPA, 2007. 84p.
- BRUM, Argemiro J. *Modernização da Agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1987. 200p.
- COSTA, Rogério H. da. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104p. (Documentada 25)

DE'NADAI, A., OVERBEEK, W. & SOARES, L.A. *Promessas de Emprego e Destruição de Trabalho – O caso Aracruz Celulose no Brasil*. Coleção do WRM sobre plantações, nº 2, maio de 2005.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157p.

FONTOURA, Luiz F. M. A pecuária empresarial como agente modernizador na Região da Campanha. p.1-10. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA. *Anais...* Porto Alegre: FEE, 2005.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo agropecuário do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> . Acesso em 05/12/2005.

GRANDO, Marinês Z. e FOCHEZATTO, Adelar (coord). *Impactos dos investimentos na cadeia florestal sobre a economia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 2008. 93p.

HEIDRICH, Álvaro L. *Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 214p.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Banco de Dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <www.incra.gov.br> . Acesso em 13/01/2006.

JACKSON, R.B. et al. *Trading Water for Carbon with Biological Carbon Sequestration*. Science, vol. 310, 23/12/2005.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 141p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 31.ed, São Paulo: Brasiliense, 1985. 364p.

Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas – PROPFLORA - Carta-Circular N° 58/2007, p.1-17. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/produtos/download/07cc58.pdf> . Acesso em 18/03/2008.

PICOLI, Luciana R. e SCHNADELBACH, Carla V. (Coord.). *O pampa em disputa: a biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores*. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2007. 64p.